



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

1ª REUNIÃO CÂMARA BIPARTITE GOVERNO – SERVIDORES PÚBLICOS

14 de fevereiro de 2012

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Câmara Bipartite Governo – Servidores Públicos

1ª REUNIÃO

Data: 14 de fevereiro de 2012

Local: Edifício da NCST – Nova Central Sindical – Brasília/DF

Participantes: Eudes Carneiro, Iaponira Soares, Ismael Lisboa, Leocides Arruda, Leonardo Brito, Luiz Eduardo, Maria Cristianna Barradas, Luís Claudio Santana, Pedro Armengol, Rubens Romão, Carlos Alberto Pio, João Fabiano e Lineu Mazano.

1 Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze teve início a 1ª Reunião da
2 Câmara Bipartite - Governo e Servidores Públicos. **ABERTURA.** O presidente, **Luís**
3 **Claudio**, iniciou a reunião fazendo a leitura da pauta. Logo a seguir **Eudes Carneiro**
4 fez a leitura da ata da reunião anterior (05.12.11), a qual foi aprovada. **Pedro**
5 **Armengol** propôs que iniciássemos o debate sobre a organização sindical, conforme
6 definição na reunião anterior. **Eudes** considerou que a reunião que seria realizada no
7 dia 02/02 foi adiada, levando-se em conta a publicação do Decreto Presidencial nº
8 7674, de 20.01.2012, que reestruturou Secretarias do Ministério do Planejamento,
9 Orçamento e Gestão. Com essa publicação, o Ministério do Trabalho ficou com
10 dúvidas quanto à sua abrangência e repercussão no âmbito da Pasta e entendeu
11 pertinente o adiamento. Entretanto, recebeu e-mail do Presidente da Comissão, em
12 comum acordo com as Representações Sindicais na Câmara, solicitando a realização da
13 reunião; assim, ocorreram algumas dificuldades na sua marcação, inclusive com a
14 alteração do local de sua realização. Prosseguiu manifestando interesse em ouvir a
15 Bancada dos Trabalhadores acerca da publicação do Decreto. **Luis Eduardo** disse que
16 tem receio em discutir os pontos anteriormente pautados e depois encontrar dificuldade
17 com o Ministério do Planejamento. **Pedro Armengol** ponderou que para as Centrais
18 Sindicais a preocupação é ate maior que a do MTE, entendendo que essa é uma
19 tentativa do Governo Federal de já delinear que tipo de relação quer ter com os
20 servidores. Entende que é um retrocesso, porque a Secretaria criada só tem **status** de
21 Secretaria. Sem poder de decisão e que talvez possa servir de modelo para os governos
22 dos municípios e estados. Considera é um modelo ruim e confuso, assim as Centrais
23 sairão com um documento muito “duro”. A outra questão, relacionada ao banco de
24 dados, entende que só servirá para saber quem negociou com o governo. Informou que
25 pedirá a revogação do Decreto. **Luis Cláudio** disse que entende que o Decreto deve ser
26 revogado e busca se juntar, com isso, ao MTE. **Ismael Lisboa** disse que o CNES passa

27 a ser lá no Ministério do Planejamento, por meio do decreto. **Lineu Mazano** disse que
28 a redação não define isso, e que a decisão das Centrais foi redigir um documento com
29 manifestação de todas as Centrais pedindo a revogação do decreto. Disse que querem
30 fortalecer a Câmara Bipartite dentro do MTE e que vão continuar trabalhando. **Ismael**
31 **Lisboa** disse que a manifestação de manutenção da Câmara deve virar documento,
32 posto a manifestação positiva das centrais. **Luis Eduardo** disse que é preciso que haja
33 pelo menos uma delimitação do âmbito de discussão. **Ismael Lisboa** disse que não se
34 limita a federais; há os municipais e estaduais. **Lineu Mazano** disse que a discussão
35 está dentro da convenção 151, assim não dá para aceitar um Decreto desse, que busca a
36 regulamentação da 151 no âmbito federal, e está claro que descerá aos estaduais e
37 municipais; então não dá para separar e delimitar. **Pedro Armengol** disse que não vê
38 essa dimensão, disse que a tentativa do subsistema é com os servidores públicos
39 federais, e claro que há uma preocupação para com os municípios e estados; isso é uma
40 política de gestão com os servidores federais, mas a princípio, não vê como um grande
41 problema que inviabilize a Câmara Bipartite Servidores Públicos. Entende que talvez o
42 MTE possa fazer uma consulta interna no governo sobre essa inviabilidade. **Luis**
43 **Claudio** disse que essa consulta pode ser por meio de recomendação do CRT. **Ismael**
44 **Lisboa** afirmou que há um entendimento interno de que o Decreto tira competências do
45 MTE. **Carlos Pio** disse que a nova estrutura traz uma Subsecretaria sem autonomia, é
46 um retrocesso. Com relação ao cadastro disse que discorda e entende que na Lei 8.112
47 já existe essa necessidade de cadastro para liberação de servidores públicos federais,
48 inclusive para efeito de consignações. Entende que cabe, no caso de dúvida de
49 competência, que a Consultoria Jurídica se manifeste, mas acha que isso não inviabiliza
50 discussão e trabalhos da Câmara. **João Fabiano** disse que representa servidores
51 municipais e que isso vai respingar lá. Preocupa-se com o parágrafo primeiro do
52 Decreto porque o prefeito vai escolher com quem vai negociar – “se é complicado para
53 os federais, imagine para os municipais”. **Eudes Carneiro** disse que quando o Decreto
54 foi publicado o MTE se reuniu e discutiu ponto a ponto, tecnicamente, e não
55 politicamente, surgindo várias dúvidas, por exemplo: como ficaria a unicidade sindical,
56 visto que há sindicatos que representam servidores federais, estaduais e municipais. E
57 com relação à aferição das centrais? E o cadastro, seria só um registro único? Como
58 ficariam os processos negociais, quem fará a negociação com sindicatos federais e
59 municipais? O resultado foi a elaboração de uma Nota Informativa enviada ao ministro.
60 Em vista da Nota, o Ministro deverá consultar o Ministério do Planejamento e
61 comunicará à Casa Civil. Disse que não sabia se o Ministro já fizera o Aviso
62 Ministerial, mas que assim que soubesse avisaria aos presentes. Ademais, serão
63 somente os sindicatos que negociarão ou as associações também poderão negociar?
64 Voltando ao parágrafo primeiro, o que serão as associações? Nós estamos convergindo:
65 vocês não concordam com o Decreto e nós não o entendemos; não somos radicalmente
66 contra, mas temos dúvidas. **Luis Claudio** afirmou que as associações já assinam acordo
67 e que elas estão reagindo. **Ismael Lisboa** sugeriu a manifestação firmada. **Pedro** disse
68 que as centrais são contra a intenção do governo de sobrestamento dos processos de
69 registro sindicais. **Luis Claudio** disse que a portaria criou as regras, então a câmara
70 cobra do Ministro do Trabalho uma posição sobre o assunto. **Pedro** disse que a

71 Bancada Sindical na Câmara dos Trabalhadores é contrária ao Decreto, e se manifestará
72 à Presidência da República e que é contra sobrestamento do governo. **Carlos Pio**
73 sugere perguntar à Consultoria Jurídica. **Luis Cláudio** quer provocar diretamente o
74 Ministro. **Eudes** disse que a SRT já encaminhou a consulta ao Ministro. **Ismael** sugeriu
75 manifestação em ata. **Pedro** diz que a bancada entende que o Decreto não impede os
76 trabalhos da câmara. **Eudes** disse que não disse isso, disse que só que tem dúvidas.
77 **Ismael** manifestou que o governo tem dúvida quanto a levar adiante discussões sobre
78 os servidores públicos, e já as Centrais entendem que não há duvidas e que o MTE não
79 pode parar e que a dúvida não é pertinente. **Eudes** disse que poderíamos aguardar fato
80 novo. Entendeu que são dois pontos a serem levados para o CRT: a bancada dos
81 trabalhadores não concorda com o Decreto e nem com a paralisação das discussões.
82 **Ismael** disse que o Governo entende que com as dúvidas técnicas surgidas, não da para
83 continuar sem uma delimitação, um esclarecimento. **Luiz Carlos** disse que será pedida
84 uma audiência para discussão. **Carlos Pio** disse que o problema é só com os federais.
85 **Ismael** disse que o entendimento interno é de dúvidas, mas que se convoque a reunião
86 em março para mais discussões. **Luis Cláudio** propôs 2 reuniões consecutivas, sendo
87 uma oficial, questionou se seria possível fazer uma extraordinária. **Lineu** disse é
88 preciso mais atenção ao tema da Convenção 151; então acha abril muito tarde. **Luis**
89 **Cláudio** disse que é março, 21 ou 22 de março. Marcou-se, então, que no dia 21 de
90 março às 14h30 terá Reunião Extraordinária da Câmara para dar continuidade ao tema.
91 **Luis Cláudio** disse que precisa deliberar sobre a escolha do vice-presidente da Câmara.
92 **Lineu** disse que há um acordo em que a CTB preside, a Nova Central tem a vice-
93 presidência e a coordenação fica com a CUT, e a suplência da coordenação com a
94 UGT. Decidiu-se que a Nova Central enviará o nome para a vice-presidência. O
95 presidente encerrou a reunião às 12:07.